

## No Parlamento Europeu, defender o povo e o País



Democracia e soberania nacional são, cada vez mais, condições essenciais e indissociáveis de uma alternativa progressista, tanto para Portugal como para a Europa. Não é possível aos povos decidirem livremente o seu caminho de desenvolvimento desprovidos dos instrumentos políticos e económicos soberanos que o possibilitem e submetidos a obstáculos e constrangimentos externos. A História está repleta de exemplos que o demonstram.

O caso de Portugal é, a este respeito, paradigmático. Mais de quatro décadas de política de direita, associadas a 30 anos de participação no processo de integração capitalista da CEE/UE e a 20 anos de euro interromperam e reverteram em importantes aspectos o rumo democrático e progressista aberto com a Revolução de Abril: os sectores básicos e estratégicos da economia nacional estão de novo nas mãos do grande capital e o País encontra-se submetido às imposições da União Europeia – que, lembre-se, não é neutra, antes se constitui como um instrumento ao serviço dos interesses dos monopólios e de grandes potências.

Portugal tornou-se, assim, num país largamente dependente do estrangeiro, com uma estrutura produtiva fragilizada, elevada taxa de precariedade laboral, salários baixos e serviços públicos degradados. Não por qualquer inevitabilidade ou pela «pobreza natural» do País de que falava Salazar, mas por opções políticas de PS, PSD e CDS ao serviço de interesses concretos – o dos grandes grupos económicos e financeiros nacionais e estrangeiros.

É este caminho de declínio e submissão que os comunistas e seus aliados na CDU se batem por interromper, nas instituições em que estão representados como na acção política de todos os dias. É por isso que as eleições de 26 de Maio para o Parlamento Europeu constituem um momento a não perder para, com o voto na CDU, afirmar a defesa dos interesses nacionais, que são os dos trabalhadores e do povo, romper com a dependência e submissão que impede o desenvolvimento do País e afirmar um rumo alternativo, patriótico e de esquerda. Contribuindo assim, decisivamente, para a construção de uma Europa dos trabalhadores e dos povos, uma Europa de direitos, paz e cooperação.

## Um processo de integração ao serviço dos poderosos



Na vida social, é sabido, todos os fenómenos têm uma determinada natureza e objectivos, sejam eles mais ou menos visíveis. Como o PCP desde sempre alertou, a União Europeia é um instrumento de dominação política e económica dos monopólios e das grandes potências que os servem.

A «democracia», a «coesão», a «solidariedade», a «cooperação», a «paz» são meras proclamações propagandísticas destinadas a esconder a verdadeira natureza de classe da UE, verificável nas suas orientações, políticas e funcionamento e particularmente visível nos chamados «programas de ajustamento» destinados a impor a «austeridade». Para lá das palavras, fica a substância de uma UE sustentada nos seus três pilares fundamentais – o neoliberalismo, o federalismo e o militarismo.

Construído em oposição ao campo socialista e ao movimento operário, o processo de integração capitalista europeu visou desde o início o reforço do poderio dos monopólios e o ataque aos direitos laborais e sociais conquistados no pós-guerra – e defendidos, muitos deles, apesar da União Europeia e contra ela e não graças a ela.

O aumento da idade da reforma, o alargamento da jornada de trabalho, a generalização da precariedade, a «liberalização» de serviços públicos e sua conseqüente destruição, a degradação dos salários, das pensões e das prestações sociais, verificados na generalidade dos países da UE, e com particular incidência nos mais fragilizados, têm a marca do processo de integração capitalista europeu. As suas dramáticas conseqüências empurraram milhões de pessoas para o desemprego, a pobreza e a exclusão.

O espectro do racismo, da xenofobia, da intolerância, do fascismo, ensombra uma vez mais o futuro dos povos europeus.

### Submissão e dependência

A soberania de países mais vulnerabilizados foi outro dos alvos do processo de «construção europeia». Longe da propalada coesão, o que se verifica é, ao contrário, a crescente divergência entre o «centro» e a «periferia» da União Europeia; ou seja, entre países como Portugal, empurrado para um perfil produtivo assente na mão de obra barata e na baixa incorporação tecnológica, e grandes potências como a Alemanha... Foi a favor destas últimas, e dos seus interesses económicos, que os países tornados «periféricos» sacrificaram a sua autonomia, a sua soberania nacional, os seus recursos.

A outra face da submissão económica dos estados ditos «mais pequenos» é a sujeição política. Por detrás das belas palavras da «soberania europeia» esconde-se um projecto de aprofundamento do federalismo que mais não é do que a concentração do poder de decisão nas mãos do directório de grandes potências que dirige a UE e o desrespeito pela soberania nacional. A submissão nacional é expressão do domínio de classe do grande capital, como revela o recente saque imposto a Portugal ou à Grécia. O facto de muitos (mesmo dizendo-se de esquerda) não o compreenderem ou reconhecerem não altera a realidade.

No seu desenvolvimento, o processo de integração capitalista da União Europeia tem sido tudo menos democrático. Na maioria dos casos, os povos têm sido mantidos à margem das decisões, como sucedeu no caso português relativamente à própria adesão à CEE, ao Tratado de Maastricht ou ao euro. Os referendos realizados foram marcados por fortes pressões sobre os povos. Quando os seus resultados não foram os «esperados», foram pura e simplesmente desrespeitados, como sucedeu na Dinamarca, na Irlanda, na Holanda, em França ou na Grécia.

A vertente militarista fica clara desde logo no apoio constante da UE às operações de ingerência e desestabilização de estados soberanos e guerras de agressão promovidas pelos EUA e pela NATO, da qual é assumidamente o « pilar europeu ». À medida que reduz substancialmente os chamados « fundos de coesão », a UE alarga as despesas militares. O projecto do « exército europeu », muito embora não sendo consensual, foi uma vez mais aflorado por Angela Merkel e Emmanuel Macron, representantes do eixo franco-alemão que no essencial domina a UE.

### **Saltos em frente,propaganda e alternativas**

A resposta da UE à profunda crise que a atravessa, fruto das graves contradições que a minam, é mais do mesmo, apontando ao reforço dos referidos pilares. Como se as mesmas receitas pudessem algum dia dar resultados diferentes...

Medidas recentemente assumidas, como a criação de um « FMI europeu », a finalização da União Bancária, o favorecimento das grandes potências nos processos de privatização e fusão ou a imposição de tratados ditos de « livre comércio », aí estão a aprofundar a natureza neoliberal que desde o início está inscrita no ADN da União Europeia. A acelerada militarização da UE, complementar à NATO, a política de imigração e para os refugiados discriminatória, exploradora e desumana e a restrição das decisões que exigem votação por unanimidade reforçam as vertentes militarista e federalista.

Como em situações anteriores, este novo salto em frente no processo de integração capitalista da UE tem sido acompanhado por uma poderosa campanha de propaganda, onde regressam em força as promessas e as belas palavras. Ao mesmo tempo que se procura colocar os povos perante um falso dilema: ou o aprofundamento da UE ou as forças de extrema-direita e fascizantes, como se não se alimentassem mutuamente.

Aos povos e às forças progressistas está colocada a necessidade de um outro caminho, o de uma Europa dos trabalhadores e dos povos, que resgate os valores do humanismo, do progresso, da democracia e da liberdade, que marcaram e marcam impressivamente o continente.

## Por uma Europa dos trabalhadores e dos povos



Se há facto que a História sobejas vezes comprovou é que não existem realidades imutáveis e caminhos de sentido único. As alternativas existem sempre e a sua concretização depende da existência de forças capazes de as construir. No centro da acção dos deputados eleitos pela CDU no Parlamento Europeu estão, como sempre estiveram, a oposição aos fundamentos da UE, e seu aprofundamento, e a luta por uma Europa dos trabalhadores e dos povos, baseada na cooperação, no progresso social e na paz.

Tal desígnio exige uma profunda alteração na correlação de forças em cada país, a favor dos trabalhadores e dos povos, o que implica, em Portugal, o reforço da CDU nas eleições deste ano e avanços concretos na luta pela política patriótica e de esquerda. Assim como a cooperação entre comunistas e outras forças progressistas e de esquerda dos vários países em torno de uma clara posição de ruptura com o processo de integração capitalista. Este processo pressupõe a construção, no plano nacional, de alternativas que rejeitem o neoliberalismo, o federalismo e o militarismo em que assenta a UE, pondo assim em causa as suas bases fundamentais.

Como aponta o PCP na sua Declaração Programática às eleições para o Parlamento Europeu, esse caminho alternativo assenta em seis eixos: elevação dos direitos sociais e laborais; respeito pelo direito ao desenvolvimento soberano e promoção de relações mutuamente vantajosas; cooperação entre estados soberanos e iguais em direitos com respeito pela democracia; promoção de efectivas relações de amizade, cooperação e solidariedade com todos os povos do mundo; respeito pelo meio ambiente; respeito e promoção da cultura, da diversidade e do intercâmbio cultural.

- **Seis países têm o poder de condicionar 80% da legislação** da UE, aplicada em todos os estados-membros
- **As despesas militares da UE poderão aumentar 1095%** nos próximos anos
- **Apenas dois estados-membros da UE assinaram e ratificaram o Tratado de Proibição de Armas Nucleares**, promovido pelas Nações Unidas
- Entre 2014 e 2017 **mais de 17 mil pessoas morreram no Mar Mediterrâneo a tentar chegar à Europa** fugindo de guerras provocadas pela própria UE
- **Um quarto da população da UE está hoje em risco de pobreza**
- Entre 2010 e 2018, o **Banco Central Europeu lucrou 7,8 mil milhões de euros com a dívida portuguesa**

## O voto que conta para melhorar as condições de vida e responder aos problemas do País

A menos de um mês das eleições para o Parlamento Europeu (PE) é com grande determinação e confiança que a CDU enfrenta esta batalha e desenvolve a sua campanha de esclarecimento e mobilização. Para tanto não faltam razões, desde logo pelo incomparável património de trabalho dos deputados comunistas eleitos pela CDU em defesa dos interesses do povo e do País, mas também pelo seu projecto distintivo igualmente sem paralelo por um Portugal soberano e desenvolvido, de progresso e justiça social. É tudo isso que emana desta entrevista concedida ao Avante! por João Ferreira, 1.º candidato da lista da CDU às eleições para o PE.



### - Que importância atribuis a estas eleições para o PE?

Estas eleições constituem uma oportunidade para, através do reforço da CDU, dar mais força a quem defende o povo e o País no Parlamento Europeu para afirmar a necessidade e a possibilidade de uma ruptura com o rumo de desigualdade, dependência económica e subordinação política imposto ao país e ao povo português. Para dar mais força a quem, no PE, tem enfrentado sem hesitações a submissão às imposições e condicionalismos da União Europeia – particularmente os associados ao Euro – e afirmado a necessidade de recuperar para Portugal os instrumentos necessários ao seu desenvolvimento soberano.

### - Em que é que se diferencia o trabalho dos eleitos da CDU no PE?

Sendo um trabalho que se destaca de um ponto de vista quantitativo, ele diferencia-se das demais forças políticas sobretudo do ponto de vista qualitativo: pela inigualável ligação que evidencia à realidade do País, pelo conhecimento que demonstra das variadas esferas da vida nacional, pela denúncia das consequências das políticas da UE, pela identificação com os problemas concretos sentidos pelos trabalhadores e pelo povo, pelos agricultores, pelos pescadores, pelos micro, pequenos e médios empresários, e finalmente pelas soluções e propostas concretas avançadas para ir ao encontro dos seus anseios e aspirações.

### - Queres dar exemplos concretos de como a acção dos eleitos pela CDU foi útil e vantajosa para Portugal e os portugueses?

Poderíamos dar variados exemplos de situações nas quais, mesmo com a composição extremamente adversa que o Parlamento Europeu tem – e que faz com que a maioria das decisões ali tomadas tenham um impacto negativo na vida dos trabalhadores e do povo –, foi possível, graças à iniciativa e intervenção dos eleitos pela CDU, aprovar medidas positivas: desde a mobilização de apoios concretos ao sector das pescas (por exemplo, em caso de paragem forçada da actividade); ao accionamento de cláusulas de salvaguarda para defesa de

sectores agrícolas específicos (caso da produção de arroz) face a importações agressivas; passando pela alteração da regulamentação de vários fundos da UE, no sentido da eliminação de determinadas formas de condicionalidade e do alargamento das áreas susceptíveis de receber apoios (exemplos da ferrovia e da habitação, entre outros); até à mobilização de apoios em situações de catástrofes, como incêndios e tempestades. Vale a pena assinalar também a aprovação de recomendações relevantes em domínios como o combate à pobreza ou a promoção da igualdade entre homens e mulheres, e ainda a aprovação de projectos-piloto de apoio ao comércio tradicional e à pesca de pequena escala, artesanal e costeira.

São alguns exemplos, entre outros possíveis.

**- A realidade comprova que os interesses e a vontade dos trabalhadores e povos da Europa não são defendidos com este processo de integração capitalista...**

Não são, de facto. O tempo e a vida demonstraram-no já sobejamente. Numa sociedade percorrida por antagonismos de classe, entre capital e trabalho, entre grandes grupos económico-financeiros e a massa de trabalhadores, entre as grandes corporações transnacionais e os povos, a União Europeia constitui a resposta do grande capital para defender os seus interesses de classe, contra os interesses dos trabalhadores e dos povos.

**- Como comentas a tese segundo a qual é o voto nos partidos que defendem a UE que permite travar a ascensão da extrema-direita?**

É uma tese que pretende apresentar aos povos um falso dilema: ou a extrema-direita, ou a integração capitalista que está a abrir caminho ao avanço da extrema-direita e, mais do que isso, a assimilar nas suas próprias políticas visões e concepções próprias da extrema-direita.

A verdade é que ambos os termos desta falsa dicotomia defendem, ainda que por vias neste momento diversas, os mesmos interesses de classe e a manutenção de uma mesma ordem social iníqua. Não se equivalendo, do ponto de vista das suas consequências, há claramente que recusar uma e outra. Rejeitar este falso dilema.

**- O Partido tem dito que esta UE não é reformável na sua essência. Se assim é, significa que a opção está entre sair ou ficar e aceitar as suas regras?**

A luta por um desenvolvimento soberano, de acordo com os interesses dos trabalhadores e do povo, leva inevitavelmente a um confronto com as políticas, as orientações e as imposições da UE.

Nesse confronto, a defesa dos trabalhadores e do povo, do seu direito a um desenvolvimento soberano, deve prevalecer face aos condicionamentos ou constrangimentos impostos pela UE, e deve assumir, a cada momento, as exigências, caminhos e opções que a situação coloque como necessários. Num quadro em que, como temos afirmado, a ruptura com a submissão às imposições da UE é inseparável da luta pela ruptura com a política de direita no nosso País.

**- A declaração programática é um extenso documento de compromissos eleitorais. Enquanto primeiro nome da lista da CDU, como encaras a responsabilidade que é saber honrar todos esses compromissos assumidos com os portugueses?**

Com a segurança e a confiança de quem sabe ser parte de um amplo, combativo, empenhado e generoso colectivo, que se apresenta nesta batalha com a coerência de posições a que a vida deu razão e que sempre soube honrar os compromissos que assumiu com os trabalhadores e o povo português.

**A mobilização de todo o colectivo partidário, de todos os activistas da CDU, para o voto no PCP/PEV é fundamental, nesta, como noutras eleições. Para além do que já disseste, queres resumir em meia dúzia de palavras três razões para votar na CDU?**

É o voto que conta de forma mais decisiva para avançar na melhoria das condições de vida e na resposta aos problemas do país: na valorização do trabalho e dos trabalhadores, das reformas e pensões; na dinamização e

apoio à produção nacional – na agricultura, na indústria e nas pescas; na recuperação para o País das suas empresas e sectores estratégicos; no assegurar dos direitos à saúde, à educação, à cultura, à habitação, à protecção social, aos transportes; e na libertação do País da submissão ao euro e às imposições da União Europeia, aspecto essencial para assegurar tudo o resto.



N.º 2370  
3.Maio.2019

<a href="#">Edição actual</a>
<a href="#">Primeira Página</a>
<a href="#">Editorial</a>
<a href="#">Opinião</a>
<a href="#">Eleições PE</a>
<a href="#">Em Foco</a>
<a href="#">CDU</a>
<a href="#">PCP</a>
<a href="#">Trabalhadores</a>
<a href="#">Assembleia da República</a>
<a href="#">Nacional</a>
<a href="#">Europa</a>
<a href="#">Internacional</a>
<a href="#">Argumentos</a>
<a href="#">Memória</a>
<a href="#">Subscrever</a>
<a href="#">Sugestões</a>
<a href="#">Newsletter</a>



## Candidatos da CDU às eleições para o Parlamento Europeu

### João Ferreira

**40 anos, biólogo**

Deputado no PE, vereador na Câmara Municipal de Lisboa, vice-presidente da Delegação Assembleia Parlamentar Paritária África, Caraíbas e Pacífico – UE, membro efectivo e coordenador para o Grupo Confederal GUE/NGL da Comissão das Pescas do PE. Membro do Comité Central do PCP.

### Sandra Pereira

**42 anos, linguista**

Investigadora no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, dirigente da Associação de Bolseiros de Investigação Científica e da Sociedade Desportiva e Recreativa do Outeiro da Vinha (Seia), membro da Direcção do Sector Intelectual da OR de Lisboa do PCP.

### João Pimenta Lopes

**38 anos, biólogo**

Deputado no PE, vice-presidente da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros do PE e da Delegação à Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana, membro da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do PE. Membro do PCP.

### Mariana Silva

**36 anos, professora, PEV**

Membro da Assembleia Municipal de Guimarães, da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Oliveira do Castelo, São Paio e São Sebastião, do Conselho Nacional e da Comissão Executiva do PEV.

### Diana Ferreira

**38 anos, psicóloga, PCP**

Deputada na Assembleia da República, membro da Comissão Parlamentar da Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, e da DOR do Porto do PCP.

### Rui Higinio

**52 anos, operário químico**

### Laura Tarrafa



**FOLHEIA O AVANTE!**

**ÍNDICE DESTA EDIÇÃO**

**Agenda**

**Semana**

**27 anos, engenheira do ambiente**

**João Dias**

**46 anos, enfermeiro**

**Alma Rivera**

**27 anos, jurista**

**Joana Manuel**

**42 anos, atriz e cantora**

**Ricardo Lume**

**35 anos, estivador**

**João Geraldês**

**57 anos, jornalista**

**Isabel Camarinha**

**58 anos, empregada**

**Cátia Benedetti**

**56 anos, docente universitária**

**Augusto Figueiredo**

**61 anos, professor**

**Zoraima Prado**

**41 anos, enfermeira**

**Francisco Gonçalves**

**48 anos, professor**

**Rosa Guimarães**

**49 anos, professora**

**Tiago Oliveira**

**38 anos, mecânico**

**Isabel Souto**

**49 anos, professora**

**Rui Ribeiro**

**40 Anos, gestor**

**Vivina Nunes**

**55 anos, educadora de infância**

**Tiago Aldeias**

**31 anos, electricista**

**Casimiro Menezes**

**74 anos, médico**

**Ana Leitão**

**52 anos, professores**

**José Branquinho**

**54 anos, guia na Fundação Côa Parque**

**Raul Lopes**

**60 anos, empregado**

**Fátima Bento**

**35 anos, arqueóloga**

**João Delgado**

**41 Anos, pescador e formador**

0

---

 [Versão para imprimir](#)

 [Enviar este texto](#)

 [Topo](#)

**Outros Títulos:**

- No Parlamento Europeu, defender o povo e o País
- Um processo de integração ao serviço dos poderosos
- Por uma Europa dos trabalhadores e dos povos
- O voto que conta para melhorar as condições de vida e responder aos problemas do País
- Remover os obstáculos ao desenvolvimento do País
- Dar força a um rumo de progresso e soberania
- Acção Ímpar ao serviço do povo e do País
- CDU é o voto decisivo para avançar

## Remover os obstáculos ao desenvolvimento do País

Portugal encontra-se limitado nas suas possibilidades de desenvolvimento, tanto pelas

imposições e constrangimentos a que a União Europeia e o euro o sujeitam (aceites e defendidos por PS, PSD e CDS e desde sempre firmemente combatidos pelo PCP) como pelo consequente papel subalterno e dependente a que a sua economia foi remetida.

A participação de Portugal no processo de integração capitalista europeu inseriu-se nos objectivos da contra-revolução, iniciada em 1976 com o primeiro governo constitucional, liderado por Mário Soares, apostada na restauração do capitalismo monopolista e na destruição das mais avançadas conquistas de Abril. O projecto de desenvolvimento democrático e soberano consagrado na Constituição da República Portuguesa foi interrompido e, em importantes aspectos, revertido.

### Integração para servir os poderosos

A Comunidade Económica Europeia e a União Europeia deram cobertura – quando não os impulsionaram – a objectivos centrais da política de direita levada a cabo por sucessivos governos de PS, PSD e CDS: privatização de sectores básicos e estratégicos; abandono dos sectores produtivos; «terciarização» e «financeirização» da economia; redução de salários e pensões; ataque a direitos laborais e sociais; «liberalização» dos serviços públicos e funções sociais do Estado. Cada salto em frente na mal chamada «construção europeia» representou novas e mais graves limitações à soberania de países como Portugal, com consequências significativas ao nível da estrutura produtiva e nos direitos e bem-estar do povo.

O euro é disto exemplo maior. Adaptado às características de economias como a alemã, cujos interesses serve, a moeda única arrastou Portugal para uma estagnação prolongada, com a economia a crescer em média 0,9 por cento ao ano. Recorde-se que antes do euro o País crescia mais do que a média da União Europeia; depois, passou a crescer bastante menos.

O Pacto de Estabilidade, a Governação Económica, o Tratado Orçamental e a União Bancária são outros instrumentos que agravam a subordinação do País aos interesses dos grandes grupos económicos e das grandes potências da UE, impondo, intensificando e perpetuando a exploração e o ataque a direitos sociais e serviços públicos, limitando seriamente a capacidade de os estados promoverem o seu desenvolvimento soberano.

### Factor de soberania e desenvolvimento

O poderoso sector público saído da Revolução de Abril – que incluía a banca e os seguros, a energia, os transportes, as comunicações e múltiplos e diversificados ramos da indústria – foi quase na totalidade desmantelado, vendido ao desbarato ou pura e simplesmente destruído pelos governos da política de direita, a coberto das regras e imposições da CEE/UE.

Áreas determinantes da economia, que poderiam e deveriam alavancar o desenvolvimento nacional, estão hoje ao serviço dos lucros e dividendos dos seus accionistas, maioritariamente estrangeiros: são os seus interesses, e não os do povo português e do País, que norteiam a actividade de algumas das mais importantes empresas. A banca é, a este propósito, um caso exemplar. Quanto a algumas actividades industriais fundamentais, já nem sequer existem em Portugal. Na agricultura e nas pescas, a situação é igualmente dramática: milhares de explorações agrícolas sucumbiram às mãos da Política Agrícola Comum e a frota pesqueira sofreu golpes violentos.

Todos estes factores concorrem para que Portugal tenha hoje um aparelho produtivo profundamente debilitado, défices estruturais significativos aos níveis produtivo, energético, alimentar, tecnológico e

demográfico e uma dívida pública e externa que, só em juros, consome anualmente qualquer coisa como sete mil milhões de euros (35 mil milhões até 2020).

## **Retrocessos, avanços e rupturas necessárias**

Nos chamados «anos da troika», que no essencial correspondem aos do governo PSD-CDS (2011-2015), a UE mostrou abertamente ao que vinha. A chamada «política de austeridade» foi na verdade, como o PCP bem caracterizou, uma verdadeira política de brutal ataque a direitos, concentração da riqueza e saque dos recursos nacionais. O «Pacto de Agressão» imposto pelo FMI e UE, e aceite por PS, PSD e CDS, delapidou o País e empobreceu o povo, ao mesmo tempo que crescia a riqueza acumulada por alguns. O défice e a dívida, cuja redução era apresentada como justificação para todos os «sacrifícios», não cessaram de aumentar.

Na sequência da derrota da coligação PSD-CDS em Outubro de 2015, vencida por quatro anos de poderosas lutas de massas e pela firme acção do PCP, abriu-se a possibilidade de recuperar salários e rendimentos e conquistar novos e importantes direitos, assumidos ao arrepio das orientações da UE e por esta criticados. Ao contrário do que durante anos muitos afirmaram, e como o PCP sempre disse, o País crescia com o povo a viver melhor.

Mas a recusa do Governo minoritário do PS em confrontar os interesses do grande capital (indo, pelo contrário, ao seu encontro em questões centrais) e as imposições da União Europeia impedem a resolução dos graves problemas do País. Apesar dos avanços alcançados, em benefício de milhões de portugueses e concretizados graças à luta dos trabalhadores e do povo e à acção do Partido, mantêm-se opções fundamentais da política de direita que conduziu o País à dependência e à submissão.

A resposta aos problemas estruturais com que Portugal se confronta tem de ser, ela mesma, estrutural.

- Desde que está no euro, Portugal passou a ser dos países que menos cresceu no mundo. Dos 193 países da ONU, 180 cresceram mais do que Portugal
- A dívida pública passou de 50% para 121,5% do PIB desde a adesão ao euro
- Em 2017, o défice comercial alimentar português atingiu quase quatro mil milhões de euros. É na pesca que este défice é mais acentuado
- Entre a adesão à CEE (1986) e 2017, a produção agrícola caiu 44 por cento
- O peso da indústria na riqueza criada passou de 27% em 1986 para 13% em 2017
- 700 mil hectares de produções agrícolas foram abandonados desde a entrada na CEE
- De 1986 e 2017, o total de embarcações de pesca reduziu-se 56% e o número de pescadores caiu 58%
- A produção de cereais caiu, desde a entrada do País na CEE, 85%

Edição actual
Primeira Página
Editorial
Opinião
Eleições PE
Em Foco
CDU
PCP
Trabalhadores
Assembleia da República
Nacional
Europa
Internacional
Argumentos
Memória
<a href="#">Subscrever</a>
<a href="#">Sugestões</a>
<a href="#">Newsletter</a>



Os trabalhadores, o povo e o País precisam de uma política que assegure um Portugal com futuro, assente em seis eixos essenciais

## Dar força a um rumo de progresso e soberania

<p><b>Renegociar a dívida,</b> pondo fim a este mecanismo de gigantesco e permanente roubo da riqueza nacional.</p>	<p><b>Libertar o País da submissão ao Euro e das imposições e constrangimentos da União Europeia,</b> que entravam a resolução dos graves problemas do País e a melhoria das condições de vida do povo português.</p>	<p><b>Recuperar para o País o que é do País,</b> os seus recursos, os seus sectores estratégicos, o seu direito ao desenvolvimento e à criação de emprego com direitos.</p>
<p><b>Pôr Portugal a produzir</b> — com mais agricultura, mais pescas, mais indústria — a criar mais riqueza e a distribuí-la melhor e apoiando as micro, pequenas e médias empresas.</p>	<p><b>Valorizar o trabalho e os trabalhadores,</b> os seus salários e os seus direitos individuais e colectivos, os reformados e pensionistas, as suas reformas e pensões e os necessários apoios sociais.</p>	<p><b>Assegurar os direitos do povo português,</b> à saúde, à educação, à cultura, à habitação, à protecção social, aos transportes.</p>

Os comunistas e os seus aliados na CDU batem-se por uma política alternativa capaz de assegurar o desenvolvimento do País e a valorização dos direitos e condições de vida dos trabalhadores e do povo. O resgate da soberania nacional assume, nesta matéria, uma importância decisiva: libertar o País da submissão ao euro e das imposições e constrangimentos da União Europeia é uma questão central.

A libertação do País da submissão ao euro é uma necessidade para assegurar um Portugal com futuro. A necessária libertação da submissão ao euro permitiria ao país ganhar uma folga para gerir melhor a despesa pública, para investir mais, para crescer mais, para se endividar menos, para comerciar mais. No entanto, sair do euro não é voltar ao momento em que se estava antes de entrar. A libertação dessa submissão precisa de ser preparada, para que os impactos dessa decisão não recaiam sobre os mesmos que pagaram os custos da adesão e permanência na moeda única, num processo inseparável da luta mais geral com a política de direita. A recuperação da soberania monetária (por vontade própria ou de terceiros, articulada ou não com outros) beneficiará tanto mais o País quanto mais estiver inserida na política patriótica e de esquerda.

Fundamental para libertar recursos que fazem falta ao País é, também, a renegociação da dívida pública, que muito embora tenha diminuído nos últimos anos, continua a ser um sorvedouro da riqueza do País.

Uma terceira opção estratégica que urge tomar para assegurar o desenvolvimento soberano do País é a recuperação do controlo público da banca e dos demais sectores estratégicos da economia. Só assim a economia nacional poderá ser orientada para o desenvolvimento do País e o bem-estar do povo e não, como hoje, para a acumulação capitalista.

Mais votos e deputados da CDU no dia 26 de Maio significa dar mais força a este caminho, fundamental para



**FOLHEIA O AVANTE!**

**ÍNDICE DESTA EDIÇÃO**

**Agenda**

**Semana**



[Versão para imprimir](#)



[Enviar este texto](#)

[⌂ Topo](#)

#### Outros Títulos:

- No Parlamento Europeu, defender o povo e o País
- Um processo de integração ao serviço dos poderosos
- Por uma Europa dos trabalhadores e dos povos
- O voto que conta para melhorar as condições de vida e responder aos problemas do País
- Candidatos da CDU às eleições para o Parlamento Europeu
- Remover os obstáculos ao desenvolvimento do País
- Acção ímpar ao serviço do povo e do País
- CDU é o voto decisivo para avançar

---

[Página Principal](#) | [Arquivo](#) | [Pesquisa](#) | [Contactos](#) | [Ficha Técnica](#) | [RSS](#)



Eleições PE

N.º 2370  
3.Maio.2019

<a href="#">Edição actual</a>
<a href="#">Primeira Página</a>
<a href="#">Editorial</a>
<a href="#">Opinião</a>
<a href="#">Eleições PE</a>
<a href="#">Em Foco</a>
<a href="#">CDU</a>
<a href="#">PCP</a>
<a href="#">Trabalhadores</a>
<a href="#">Assembleia da República</a>
<a href="#">Nacional</a>
<a href="#">Europa</a>
<a href="#">Internacional</a>
<a href="#">Argumentos</a>
<a href="#">Memória</a>
<a href="#">Subscrever</a>
<a href="#">Sugestões</a>
<a href="#">Newsletter</a>



## Acção ímpar ao serviço do povo e do País

A intervenção dos deputados do PCP no Parlamento Europeu é um património inigualável que não teme comparações com qualquer outra força política.

	Número de Deputados	Intervenções em Plenário*	Declarações de voto*	Relator em Relatórios**	Relator-sombra Relatórios**	Relator Pareceres**	Relator-sombra Pareceres**	Perguntas Orais e Escritas**
PS	8	897	1900	20	53	15	36	439
PSD	6	394	4629	29	31	17	21	219
<b>PCP</b>	<b>3</b>	<b>576</b>	<b>4039</b>	<b>15</b>	<b>86</b>	<b>9</b>	<b>104</b>	<b>1262</b>
CDS	1	36	1366	3	5	2	7	166
BE	1	110	313	1	25	4	12	91
MPT	1	57	188	2	4	1	15	91
PDR	1	80	0	2	24	2	14	54

\*até Dezembro de 2018 \*\*até Janeiro de 2019

O balanço fala por si e é por via dele que mais facilmente se observa a dimensão e riqueza da actividade desenvolvida por quem guiou a sua acção pela exclusiva defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País.

Esse é, de resto, o único e forte compromisso assumido desde sempre pelos deputados comunistas e que, uma vez mais, nesta Legislatura 2014-2019 do PE, souberam cumprir com zelo e seriedade, dedicando-lhe toda a sua energia, empenho e saber.

Intervenção intensa e multifacetada que adquire um carácter distintivo - qualitativa e quantitativa -, ganhando expressão em pareceres, relatórios, elaboração de alterações, em intervenções, perguntas, debates e iniciativas.

Sempre num quadro de permanente contacto e ligação à realidade dos trabalhadores, aos problemas e necessidades dos trabalhadores, da população, dos sectores produtivos, tendo sempre presente aqueles que são os eixos centrais da política alternativa que o PCP propõe ao povo, assente nos valores de Abril e da Constituição, uma política de desenvolvimento económico, de progresso e justiça social, de afirmação da soberania e independência nacionais.

1

Versão para imprimir

Enviar este texto

Topo

### Outros Títulos:

- No Parlamento Europeu, defender o povo e o País
- Um processo de integração ao serviço dos poderosos
- Por uma Europa dos trabalhadores e dos povos
- O voto que conta para melhorar as condições de vida e responder aos problemas do País
- Candidatos da CDU às eleições para o Parlamento Europeu
- Remover os obstáculos ao desenvolvimento do País
- Dar força a um rumo de progresso e soberania
- CDU é o voto decisivo para avançar



FOLHEIA O AVANTE!

ÍNDICE DESTA EDIÇÃO

Agenda

Semana



N.º 2370  
3.Maio.2019

<b>Edição actual</b>
<b>Primeira Página</b>
<b>Editorial</b>
<b>Opinião</b>
<b>Eleições PE</b>
<b>Em Foco</b>
<b>CDU</b>
<b>PCP</b>
<b>Trabalhadores</b>
<b>Assembleia da República</b>
<b>Nacional</b>
<b>Europa</b>
<b>Internacional</b>
<b>Argumentos</b>
<b>Memória</b>
<a href="#">Subscriver</a>
<a href="#">Sugestões</a>
<a href="#">Newsletter</a>



## CDU é o voto decisivo para avançar

A 26 de Maio serão eleitos os 21 deputados portugueses que, nos próximos cinco anos, se sentarão no Parlamento Europeu. Ao contrário do que alguns poderão, erradamente, pensar, Bruxelas e Estrasburgo não são «lá longe»; pelo contrário, é cada vez mais decisiva a influência da UE e das suas instituições, com as suas regras e imposições, na vida quotidiana dos trabalhadores e do povo português.

Entre os partidos da política de direita, há quem se degladie por saber quem, em Portugal, é o mais tenaz defensor da União Europeia. O PS honra-se inclusivamente de ser o «mais europeísta» dos partidos portugueses. Dos que afirmam situar-se à esquerda, há quem se bata por «mais UE» e os que não conseguem assumir uma posição corajosa e coerente, variando entre a crítica às consequências, sem tocar nas causas profundas, e o apoio mais ou menos entusiástico ao processo de integração capitalista (que nunca caracterizam desta forma).

E depois há a CDU, que se destaca por ser a força – que reúne o PCP, o PEV, para além da ID e de muitos democratas e patriotas sem filiação partidária – que defende intransigentemente os interesses do povo e do País. Como até aqui, serão os deputados eleitos pela coligação que se baterão contra as imposições do euro e da UE, contra os retrocessos nos direitos e condições de vida, em defesa da soberania nacional. Que nunca deixarão de reclamar a favor de Portugal todos os meios e possibilidades.

Serão os deputados comunistas e ecologistas a levar ao Parlamento Europeu as lutas dos trabalhadores e do povo pelos seus direitos e condições de vida, a fazer da justiça social o seu combate, a defender intransigentemente os direitos laborais e sociais, os serviços públicos e funções sociais do Estado. Serão eles e não outros que defenderão a produção nacional e o direito ao desenvolvimento soberano do País, que estarão na primeira linha da defesa da democracia e da afirmação dos valores de Abril.

No Parlamento Europeu serão os deputados eleitos pela CDU a voz alternativa por uma Europa de paz e cooperação, pela defesa da democracia, contra o militarismo, a guerra, as concepções reaccionárias e fascizantes. Que assim é, provam-no a acção prática dos últimos anos e o conteúdo da Declaração Programática do PCP e dos 10 Compromissos do PEV para as eleições ao Parlamento Europeu (disponíveis em [www.cdu.pt](http://www.cdu.pt)), que, como é apanágio destas forças políticas, é para cumprir.

As eleições de 26 de Maio têm um alcance muito maior do que tão importante eleição de deputados para o Parlamento Europeu. Constituem, também, um momento decisivo para afirmar a alternativa patriótica e de esquerda e reunir mais amplos apoios para a sua construção. A 26 de Maio, com o seu voto, o povo português tem uma de duas opções: avançar decisivamente na resposta aos problemas nacionais, com o reforço da CDU; ou andar para trás, seja com PSD e CDS, seja com o PS.

Mais CDU nas eleições para o Parlamento Europeu significará mais força para, em Portugal, desenvolver a luta pelos direitos e condições de vida, pelo



**FOLHEIA O AVANTE!**

**ÍNDICE DESTA EDIÇÃO**

**Agenda**

**Semana**

Jornal «Avante!» - Eleições PE - CDU é o voto decisivo para avançar desenvolvimento soberano do País. Da mesma forma que é das transformações progressistas que for possível operar em cada um dos países que nascerá essa Europa dos trabalhadores e dos povos por que lutam os comunistas e demais forças de esquerda.

0

[Versão para imprimir](#)[Enviar este texto](#)[⌂ Topo](#)**Outros Títulos:**

- No Parlamento Europeu, defender o povo e o País
- Um processo de integração ao serviço dos poderosos
- Por uma Europa dos trabalhadores e dos povos
- O voto que conta para melhorar as condições de vida e responder aos problemas do País
- Candidatos da CDU às eleições para o Parlamento Europeu
- Remover os obstáculos ao desenvolvimento do País
- Dar força a um rumo de progresso e soberania
- Acção ímpar ao serviço do povo e do País

---

[Página Principal](#) | [Arquivo](#) | [Pesquisa](#) | [Contactos](#) | [Ficha Técnica](#) | [RSS](#)